

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO , FISCALIZAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO.**

**PARECER** N°: 03

**MATÉRIA:** Projeto de Lei n°: 1.406/2017

**EMENTA:**Dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA), que "Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2018"

**ASSUNTO: PARECER DE ADMISSIBILIDADE**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei foi recebido dentro dos prazos legais e regimentais no dia 30 de outubro de 2017, e encaminhado à esta Comissão através de despacho da Presidência desta casa, na mesma data ou seja 30 data de outubro de 2017. Trata a presente matéria , de Projeto de Lei de origem do Poder Executivo que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do Município de Nova Roma do Sul, que "Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2018", cumprindo assim, com o que determina o Art. 165 da Constituição Federal/88 e o Art. 117,III da Lei Orgânica Municipal.A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Fiscalização e Controle Orçamentário, em atenção ao Art.172 do Regimento Interno desta Casa, passa a analisar a formalidade do Projeto, considerando os requisitos legais necessários à sua admissibilidade, deixando as emendas, se houverem para o parecer de mérito.Analisados os aspectos legais do projeto está Comissão se manifesta conforme segue:

**PARECER**

**Considerando** que quanto à sua origem, verifica-se que o Projeto de lei em análise não possui nenhum vício que possa

obstruir sua votação, posto que é apresentado pelo Poder Executivo, cumprindo desta forma, a prerrogativa que lhe é dada pelo Art. 165 da Constituição Federal/88. A respeito de conteúdo, a matéria apresenta-se corretamente proposta, posto que atende aos requisitos da lei nº: 4.320/1964, que dispõe sobre normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, bem como os requisitos da Lei Complementar nº: 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal: e,

**Considerando** que pelos fundamentos declinados neste Parecer, está Comissão opina pela admissibilidade do projeto de Lei em exame, devendo a matéria seguir seu curso regimental.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ROMA DO SUL, EM 31 DE OUTUBRO DE 2017.

---

Ver. MÁRCIO ANDRÉ ROSSI

PRESIDENTE

---

Ver. GUSTAVO DE DÉA

VICE PRESIDENTE

---

Ver. JOSÉ LUIZ COMIN

SECRETÁRIO